

A luta dos sem terra no oeste catarinense *

O

O Estado de Santa Catarina tem sido apontado como modelo de implantação da Reforma Agrária no Brasil. Foi o que afirmou o ex-ministro Dante de Oliveira em Outubro de 1986, quando visitou o oeste catarinense: "Santa Catarina é um dos Estados mais adiantados do Plano Nacional de Reforma Agrária".

Uma grande questão porém paira no ar: Como isto aconteceu? Foi por acaso que a Nova República se preocupou com a Reforma Agrária e atuou com tamanha eficiência?

A Reforma Agrária foi uma das grandes promessas da Nova República que veio ao encontro dos trabalhadores. Milhares de agricultores se viram na proeminência de terem seus conflitos de terra resolvidos e finalmente poderem trabalhar para sua auto-sustentação.

Porém, o debate em torno do PNRA logo comprovou o jogo de forças conservadoras contido na Nova República, frustrando esta esperança.

A proposta inicial da Nova República de fazer democracia com a participação do povo foi logo substituída por fazê-la "para" e "no lugar" do povo.

O presente trabalho se propõe analisar estas questões e procura mostrar que em Santa Catarina o fator decisivo para acelerar o processo de Reforma Agrária foi, a organização, união e pressão dos agricultores pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Este movimento tem se destacado como um "Novo Movimento Social" entre outros, que vão se empenhando na luta por uma sociedade mais democrática, mais justa, onde as diferenças sociais não sejam tão gritantes, onde os direitos e a dignidade da pessoa humana sejam respeitados, sobretudo o direito à terra e o direito à vida.

Pois, apesar de Santa Catarina ser conhecida como

Teresa Kleba Lisboa **

** O presente trabalho é uma síntese da Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientador: Ilse Scherer - Warren
** Mestre em Ciências Sociais/UFSC; Professora do Departamento de Serviço Social/UFSC.*

um Estado minifundista, não podemos esquecer que a concentração de terras nas mãos de poucos é grande. Segundo a Secretaria do Movimento dos Sem Terra, em 1986 existiam 140 mil famílias sem terra em nosso Estado.

Movimentos sociais - evolução dos paradigmas

A partir da década de 70, observa-se no Brasil, a irrupção de novos sujeitos sociais no cenário político, que vem colocando em gestação uma nova compreensão da política, da sociedade e da vida.

Segundo DE LA CRUZ (1987), três grandes rupturas ocorreram na sociedade que contribuíram para o surgimento dos Movimentos Sociais:

1. Ruptura Cultural: O desenvolvimento do Capitalismo, a crescente industrialização e urbanização provocou crise na família dos casais, das relações entre pais e filhos, da dupla ou tripla jornada de trabalho da mulher, e perda de fé nas crenças tradicionais o que ocasionou:
 - individualização da sociedade
 - desestabilização das relações humanas.
2. Ruptura do Modelo Estatal: A crise econômica e a complexidade da sociedade assinalaram os limites para o funcionamento do Estado interventor e desenvolvimentista.

Causas:

- insuficiência administrativo
 - incapacidade de prestar serviços
 - deterioração da legitimidade
3. Ruptura do Modelo Desenvolvimentista: A crise econômica, o desemprego em massa, recessão, efeitos ambientais da industrialização vieram desmas-

carar o sonho desenvolvimentista.¹

O primeiro movimento expressivo contestador dessas rupturas foi o Movimento dos "hippies" que começou nos Estados Unidos, mas logo se radicou também no Brasil.

Outros movimentos que surgem mais tarde colocando em gestação uma nova compreensão da política, da sociedade e da vida são: Movimentos feministas, raciais, de moradores das periferias urbanas, dos sem terras, juvenis, ecológicos, pacifistas, as Comunidades Eclesiais de Base e outros.

Estes Movimentos Sociais surgem como novos autores do cenário político e são apresentados como fontes de possíveis transformações na sociedade e de questionamentos à estrutura de dominação vigente.²

Almejam a construção do novo, um novo que se define pela crítica às práticas organizativas, centralizadoras e burocratizadas já experimentadas. Não possuem um projeto claro de futuro. O vir a ser deve ser construído a partir do próprio presente, com experiência própria.³

Atualmente, a experiência cotidiana do autoritarismo vivido em nosso sub-continente fez com que o Movimento Popular descobrisse que a Democracia é algo essencial, e não de valor relativo⁴, e que a luta contra o autoritarismo torna-se uma luta pela ordem social alternativa e democrática.

LEFFORT (1983), coloca que é da essência do totalitarismo recusar os direitos do homem, ao mesmo tempo que esses direitos são um dos princípios geradores da democracia.⁵

Para DURHAM (1984), na análise da categoria dos direitos,

está implícito o problema da cidadania, quando diz que a transformação de necessidades e carências em direitos que se opera dentro dos Movimentos Sociais, pode ser vista como um amplo processo de revisão e redefinição do espaço de cidadania.⁶ Passa-se a legitimar o Estado na medida em que este for capaz de respeitar e promover os direitos que a população está se atribuindo.

Os Movimentos Sociais não esperam mais uma solução global dos conflitos pela conquista ou a destruição do poder estabelecido. Entendem que o poder não está concentrado apenas num determinado ponto (O ESTADO), mas presente em todo o tecido social, em todas as relações que as pessoas estabelecem entre si.

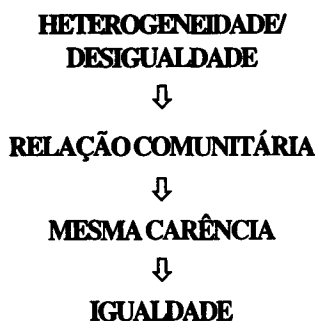
Para transformar profunda e radicalmente a sociedade é necessário construir um poder novo, antes de tomá-lo. Construí-lo a partir das bases da sociedade, no cotidiano da população.

O "novo" dos Novos Movimentos Sociais consiste exatamente na criação de pequenos espaços de prática social, nos quais o poder em seu sentido estatal, tradicional não é fundamental.

Nestes espaços os movimentos formam sua identidade e lutam por autonomia, entrando em conflito com as estruturas autoritárias que colocam resistência às diversidades.⁷

Outro aspecto fundamental nos Novos Movimentos Sociais ressaltado por DURHAM, (1984), é

a ênfase na igualdade, na constituição da coletividade.⁸ Isto ocorre através da vivência em comunidade, onde indivíduos com o mesmo tipo de carência, passam a ter uma relação comunitária de igualdade.



Por exemplo, as famílias sem terra provenientes de diversas localidades fazem parte de um mesmo acampamento onde se estabelece uma relação comunitária. Estão ali por causa de uma mesma carência, a terra, e através desta relação ocorre uma igualdade na identidade.

A vivência em comunidade implica uma novidade muito importante: o reconhecimento da pessoa no plano público: o indivíduo que somente era conhecido na esfera privada (família, parentes, amigos, vizinhos) passa a ser conhecido também na esfera pública, através do mútuo reconhecimento, pois, nos Movimentos Sociais de cunho comunitário se valoriza a participação de todos e de cada um, todos podem falar, opinar, decidir.⁹

Até a década de 60 os Movimentos Sociais eram concebidos como práticas subordinadas aos partidos e supunha-se que os únicos sujeitos sociais eram os sujeitos de classe.

Os Movimentos Sociais somente tinham duas alternativas:

1. A eles caberia o papel de movimento de massa pouco estruturados, devendo integrar-se às organizações dos trabalhadores como o movimento social do proletariado;
2. Ou teriam a função de "fronts políticos" subordinados aos partidos, único organismo autorizado a fazer política.¹⁰

Este reducionismo¹¹ passou a ser um obstáculo dentro do paradigma marxista, dificultando a compreensão do conceito de democracia relacionado ao socialismo, e a compreensão do significado dos Movimentos Sociais Contemporâneos. (Num, 1983).

O reducionismo classista reduz todas as contradições a uma contradição de classe.¹² E um classismo reducionista não consegue incorporar categorias como nação, povo, democracia ou Movimentos Sociais.

É necessário entendermos a realidade como uma totalidade composta de diferentes níveis e momentos com especificidades próprias que se interrelacionam.

Assim, as relações sociais não podem decorrer unilateralmente das relações de produção, pois os Movimentos feministas, raciais, ecológicos, pacifistas, CEB's e outros possuem bases sociais que nem sempre ou não somente estão ligados à produção.

As referências de análise passam a ser múltiplas: políticas, organizacionais, culturais e outras.

Estes Novos Movimentos Sociais passam a redefinir suas relações com o marxismo pois:

- afirmam que a democracia é um valor fundamental;
- pretendem uma nova prática política fundada numa nova concep-

ção de poder - criando pequenos espaços de prática social;
- reconhecem sua identidade como Movimento num espaço político;
- e a presença da religião é profunda com o papel da Igreja Popular através da CEB's.

Assim, o marxismo passa a ser considerado como um inspirador de valores igualitários, porém não mais como paradigma predominante que governa a ação.¹³

E a dialética e o materialismo histórico continuam trazendo contribuições para os Movimentos Sociais contemporâneos, mas perdem sua exclusividade.¹⁴

Neste contexto pois, de crise da sociedade industrial moderna, de crise do pensamento político e de irrupção de novos autores sociais, percebemos que surge um novo paradigma de análise social que nos permite compreender o significado e os rumos do atual momento, particularmente dos movimentos sociais contemporâneos.

Alguns autores têm contribuído significativamente para este novo paradigma. Vejamos:

CAPRA¹⁵ coloca que nossa sociedade se encontra numa crise de percepção que deriva de estarmos tentando aplicar os conceitos de uma visão de mundo mecanista da ciência cartesiana, newtoniana - a uma realidade que já não pode ser entendida em função desses conceitos.

A solução que o autor apresenta é a construção de um novo paradigma, uma nova visão de realidade, uma mudança fundamental em nossa análise do universo.

O novo paradigma sugerido pelo autor é holístico, abrangente, onde

são valorizados aspectos como *interdisciplinaridade, sistematização, prudência, humildade, onde a ciência começa a ser exercida com base em novos valores. Toda a relação do homem com a biosfera começa a mudar. Uma verdadeira revolução cultural e social passa a operar no cotidiano das pessoas.*

CAPRA¹⁶ diz que é necessário nos preparamos para esta grande transição:

“Necessitamos de um profundo reexame das principais premissas e valores de nossa cultura, de uma rejeição daqueles modelos conceituais que duraram mais que sua utilidade, e de um novo reconhecimento de alguns valores descartados em períodos anteriores de nossa história cultural”.

Esta mudança na mentalidade da cultura, segundo o autor, também requer profundas alterações nas relações sociais e formas de organização social.

LACLAU¹⁷ por sua vez, coloca que os conflitos sociais estão assumindo dimensões e formas radicalmente novas, o que vem ocasionando uma crise do paradigma tradicional das Ciências Sociais.

Para esclarecer o novo paradigma, o autor se reporta a três características que tipificaram as conceituações tradicionais de conflitos sociais.

1. A determinação da identidade dos agentes era feita através de categorias pertencentes à estrutura social. As lutas eram classificadas com unidade empírico-referencial do grupo. Ex: Lutas “camponesas”, “burguesas”, etc.

2. O tipo de conflito era determinado em termos de um paradigma diacrônico-revolucionário. Não dependia da conscientização dos agentes, e sim de um movimento subjacente da História. Ex: Transição da sociedade tradicional para a sociedade de massas.
3. A pluralidade de espaços do conflito social era reduzida, na medida em que os conflitos se politizavam, a um espaço político unificado, onde a presença dos agentes era concebida como uma “representação de interesses”.

Para LACLAU o que caracteriza os Novos Movimentos Sociais é que através deles, rompeu-se a unidade destes três aspectos do paradigma.

Para o novo paradigma, as posições do agente social tornaram-se autônomas (base da especificidade dos Novos Movimentos Sociais); o ponto de vista da análise política, em se atribuir cada aspecto da realidade social e econômica aos estágios sucessivos da sociedade foi substituído; e a identidade dos agentes sociais não é mais concebida como constituída num único nível da sociedade.

O espaço político unificado (fechado e homogêneo), dá lugar a uma proliferação de espaços políticos.

Os Novos Movimentos Sociais passam a ser caracterizados por uma crescente politização da vida social.

LACLAU¹⁸ salienta ainda que o fato marcante dos Novos Movimentos Sociais que emergiram na América Latina é que:

“as mobilizações populares não mais se baseiam num modelo de sociedade total ou na cristalização

em termos de equivalência de um único conflito que dividia a totalidade do social em dois campos, mas numa pluralidade de exigências concretas conduzindo a uma proliferação de espaços políticos”.

Para Calderon GUTIERREZ¹⁹ os movimentos sociais vivem um momento de inflexão entre as orientações e características tradicionais da sociedade e o surgimento de novas práticas e orientações.

Aponta a necessidade de construir um corpo técnico novo e se esforça para reconhecer e integrar as contribuições dos Novos Movimentos Sociais a uma reconstituição da teoria geral do estado, como sistema político e cultural dotado de racionalidade. Diz que as diretrizes anteriores, nacionalistas, industrialistas e modernizantes não atraem mais a base social de legitimação que sustentou no passado os regimes populistas, liberais ou desenvolvimentistas. É preciso descobrir novas diretrizes.

A sugestão do autor é que os movimentos sociais passem primeiro por um momento formativo de experiências particularistas, constituindo novas identidades coletivas centradas na autogestão, solidariedade, etc., para poderem retornar ao espaço político “reconstituindo o sistema de oposições e viabilizando a reconstrução de sujeitos históricos”.²⁰

Além desses, outros autores também possuem contribuições quanto à mudança dos paradigmas, porém optei em destacar somente três.

Os novos movimentos sociais e suas características

Os Novos Movimentos Sociais não se diferenciam dos velhos ou tradicionais por sua temporalidade, mas, sim, por suas características.

Atualmente, ainda encontramos Movimentos reivindicatórios imediatistas - Ex: Um grupo que se reúne para reivindicar água, luz, etc., e depois se desfaz.

De um modo geral os velhos ou antigos Movimentos:

- privilegiam objetivos materiais;
- relações instrumentais;
- orientações para com o Estado;
- organização vertical.²¹

Exemplo, Os sindicatos "pelegos" ou partidos tradicionalistas dialogam com o Estado por intermédio de seus organismos legalmente conhecidos. Os Conselhos Comunitários são movimentos que possuem uma organização formal - exigem mecanismos de representação, eleição de diretoria, e esta encaminha as reivindicações para o órgão responsável, no caso a FUCADESC que coordena a política dos Conselhos Comunitários de Santa Catarina.²²

Os Novos Movimentos Sociais por sua vez enfatizam a organização comunitária, evitando a institucionalização de representantes e exigindo uma participação permanente de todos, tanto no processo de tomada de decisões como na própria execução.

A sociedade civil passa a ser um novo local de se fazer política e proporciona espaço para criar e experimentar diferentes formas de relações sociais.

Neste espaço se enfatiza a igualdade, o mútuo reconhecimento - criando-se espaço e oportunidade

de participação para todos; ocorre uma vivência comunitária e sobretudo uma revisão e redefinição do espaço de cidadania, que passa a ser conquistada através de uma luta consciente.

Enfim, os Novos Movimentos Sociais procuram orientar-se por:

- critérios de afetividade;
- relações de expressividade;
- orientações comunitárias;
- organização horizontal.²³

Abre-se espaço para a criação de um novo sujeito histórico, pois, a relação entre o indivíduo e o coletivo é retrabalhada, comprometida socialmente; e este coletivo pela força da união passa a ser um dos agentes de transformação social.²⁴

No Brasil, a Igreja Popular²⁵ acumulou experiência neste sentido e sempre cedeu seu teto para grupos organizados. Através das CEB's²⁶ exerce uma função e missão política na medida em que ajuda a fundamentar uma sociedade mais igualitária e democrática. (BOFF, 1986).

Particularmente no meio rural a Igreja através de sua metodologia, que visa democracia e igualdade, rompeu a chamada "cultura do silêncio"²⁷ que durante muito tempo foi marcante - pois tudo era ditado de cima para baixo pelas classes dominantes (coronéis fazendeiros).

O homem do campo que sempre foi tido como submisso, resignado, humilde e ignorante passa a ter vez e voz. Participando dos Movimentos Sociais ele descobre espaços nos quais é reconhecido e valorizado; percebe que deve lutar para ser dono do seu destino pessoal.

Atualmente, vários Movimentos Sociais têm mostrado uma vinculação muito forte com a Igreja,

seja porque ela sempre os acolheu ou pela ênfase na democracia e igualdade de direitos que está empregando.

Para SCHERER-WARREN, os Movimentos Sociais estão contribuindo e desenvolvendo uma nova cultura política, de base, onde a contribuição do ideário anarquista como democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade, respeito à individualidade, de liberdade coletiva, tem sido valiosa.²⁸

Nos Novos Movimentos Sociais, as relações de poder são trabalhadas e questionadas. Não anseiam pela conquista ou destruição de poder estabelecido, mas "por uma pluralidade de exigências concretas que vão conduzir a uma proliferação de espaços políticos".²⁹

Se tem claro que a estratégia é começar pelas pequenas transformações, microrevoluções do cotidiano; as relações interpessoais, os valores machistas da nossa sociedade, direitos humanos, igualdade social, etc., para aos poucos atingir uma transformação mais global.

A conquista da cidadania vai estabelecer uma nova relação com o Estado, que passa a ser legitimado na medida em que este é capaz de respeitar e promover os direitos que a população está se atribuindo.

Por isso, o discurso dos Movimentos Sociais de pura contestação do Estado, não cabe mais na atual realidade.

"Com seu exemplo de democracia e transformação da cultura política, os Novos Movimentos Sociais estão levantando ao Estado os desafios, os estímulos e a iniciativa que

*corresponde exatamente a sua (deles) esfera de competência particular”.*³⁰

Os Movimentos Sociais devem assegurar aos poucos, condições para interferir efetivamente na realidade dos partidos e das estruturas estatais, mantendo sua autonomia e independência.

Isto pode ocorrer:

- Engajando-se nos partidos políticos e exigindo propostas coerentes para suas realidades e necessidades;
- Abrindo espaço junto às instituições estatais, obtendo audiências nas quais podem ser ouvidos e respeitados;
- Fazendo-se representar nestas instituições cobrando os “deveres” que o Estado tem para com o cidadão. etc.

*Através da nova consciência produzida no interior dos Movimentos Sociais de uma nova cultura política, as estruturas institucionais germinarão um processo de mudança que incorporará valores e implicará em uma nova relação com o Estado e sociedade.*³¹

1.2 Movimentos sociais no campo

A história das lutas pela terra nos mostra que no interior do conjunto dos trabalhadores rurais, existem diferenciações de classe resultantes da expropriação imposta pela expansão do Capitalismo.

*As principais categorias que compõem o campesinato brasileiro são: sitiantes, colonos, parceiros, meeiros, arrendatários, moradores, agregados, posseiros, sem terra, peões, bóias-frias, índios, todos eles trabalhadores rurais que combinam diferentes condições sociais, econômicas, políticas e culturais.*³²

Estes trabalhadores na sua

grande maioria foram expropriados de suas terras formando uma massa de lavradores que se transformam em proletários rurais ou trabalhadores sem terra.

*E como trabalhadores livres, “não sendo mais proprietários nem dos instrumentos de trabalho, nem dos objetos, matérias-primas, não têm outra alternativa senão a de vender sua força de trabalho ao Capitalismo do patrão.”*³³

Perdem sua autonomia e liberdade.

Atualmente já se apresentam alternativas. Os próprios sem terra escolhem lutar para conseguir sua própria terra ao invés de se proletarizar.

Durante muito tempo porém, no Brasil, os trabalhadores do campo permaneceram resignados a esta exploração. Até a década de 70 se conheciam poucos movimentos no campo:

- Movimentos messiânicos como Guerra de Canudos na Bahia (1896) e Guerra do Contestado entre Paraná e Santa Catarina (1912-16).
- As Ligas Camponesas no Nordeste (década. de 60) que foram dizimadas com o golpe de 64.
- E o MASTER (Movimento de Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul) fundado pelo então governador Leonel Brizola.

*A partir da década de 70 os agricultores passam a se conscientizar das contradições, de ter suas condições de trabalho e vida subordinados e dependentes da agroindústria, do modelo tecnológico que ela impõe, e com isto tentam criar novas bases para sua reprodução, formando grupos e se organizando em Movimentos.*³⁴

Algumas possíveis causas da mobilização dos agricultores na região sul, especificamente em Santa Catarina, podem ser encontrados nos seguintes fatos:

1. O avanço do Capitalismo, ou seja, a industrialização no campo incrementou a monocultura da soja, cana-de-açúcar, fumo e outros, expropriando pequenos proprietários e levando inclusive a uma concentração de terras.³⁵
2. Em 1978/79 ocorreu a chamada “peste suína” que os colonos acreditaram ser “forjada” pelas multinacionais que na época quiseram impor suas “matrizes” ao país. Muitos colonos se desfizeram de toda a criação ficando praticamente sem o produto de sua subsistência.³⁶
3. O aumento das Empresas Rurais ou agro-indústrias - aves, suínos, fumo, maçã, etc. - obrigaram o agricultor a trabalhar num sistema integrado.³⁷
4. O papel da Igreja Popular que passou a atuar no campo através da Comissão Pastoral da Terra - CPT e das CEB's conscientizando os agricultores sobre a importância da participação e democratização, avançando cada vez mais na defesa dos direitos humanos.³⁸
5. O projeto de construção das Barragens ao longo da bacia do Uruguai que deixará milhares de famílias desalojadas, sem terra.³⁹
6. A influência do “Novo Sindicalismo” dos metalúrgicos do ABC, e outros fatores fizeram com que os agricultores se organizassem e lançassem uma oposição sindical no campo.⁴⁰

Além destes fatores, os movimentos no campo assimilam os

novos modelos culturais, a nova cultura política através de um processo de desterritorialização⁴¹ ou seja através dos meios de comunicação de massa e da locomoção de seus integrantes.

MARTINS (1984), D'INCAO (1984), GRZYBOWSKI (1985) e SCHERER-WARREN (1986)

apontam os movimentos sociais no campo que mais se tem destacado atualmente:

1. Movimento dos Assalariados: São milhões de pessoas para as quais não prevalecem nem predominam relações contratuais, reguladas por um direito escrito e possíveis de serem apreciados objetivamente por tribunais legais.

A partir da abertura, os assalariados rurais iniciaram uma luta sistemática pela concretização de direitos trabalhistas, que acabou se transformando numa luta pelo respeito à lei, pela legalidade.⁴² (MARTINS, 1984).

2. Movimentos dos Trabalhadores Assalariados Temporários ou bóias-frias: Trabalhadores contratados para executar tarefas específicas, temporariamente. Lutam pela fixação de cláusulas relativas a salário, direitos trabalhistas, condições de transporte e formas de avaliação da produção e de pagamento⁴³ (D'INCAO, 1984).

3. Movimento de Posseiros: Posseiros são ocupantes de terras sem título legal. Lutam contra um tipo de legalidade que garante a prepotência e a impunidade de grileiros e fazendeiros, aos quais dá condições de regularizarem, com mais facilidade do que os trabalhadores, a situação das terras que disputam.

A luta dos posseiros é uma luta pelo instrumento de produção que é a terra. Envolve relações de propriedade e não as relações de trabalho como os assalariados. O problema não é o da exploração, mas da expropriação.⁴⁴

4. Movimento dos Sem Terra: São os lavradores sem terra própria para trabalhar como meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, filhos de pequenos proprietários cujas terras são insuficientes para as famílias extensas.

Questionam a legalidade da propriedade e consideram injusto alguém possuir mais terra do que pode trabalhar.⁴⁵ Sua pauta de luta é "Terra para quem nela trabalha".

5. Movimento de Mulheres Agricultoras ou Mulheres Trabalhadoras Rurais: Suas reivindicações estão concentradas no reconhecimento social e legal de sua situação como mulheres e trabalhadoras: direito à sindicalização, à terra, à previdência social, e o direito das mulheres serem classificadas como agricultoras" e não "do lar".⁴⁶

6. Movimento contra as Barragens: É uma luta contra a expropriação das terras para construção de projetos de irrigação ou geração de energia elétrica.

"O Movimento recusa a redução praticada na ação desapropriatória que vê tudo o que vai ser perdido sob as águas do lago como possível unicamente de uma avaliação e indenização monetária".⁴⁷

O Movimento contra as Barragens no sul do Brasil evoluiu em torno de três propostas políticas como pauta de luta:

- Indenização justa;
- Terra por terra na região;
- Não às barragens⁴⁸

7. Lutas Indígenas: Trata-se de uma maioria, uma fração do heterogêneo campesinato brasileiro, para o qual a preservação de suas terras é fundamental. É condição para a sua reprodução material de valores étnico-culturais. Estancar o extermínio dos povos indígenas é garantir as suas terras.⁴⁹

8. Sindicatos Rurais "autênticos" ou "combativos": Surgem inspirados nas lutas dos metalúrgicos no ABC paulista e se norteiam com as seguintes orientações:

- Participação democrática das bases, inclusive especial ênfase à participação da mulher;
- Contestação ao atrelamento do Sindicato com o Estado e com os partidos evitando o "peleguismo";
- Incentivo ao engajamento dos Sindicatos com os movimentos sociais no campo, respeitando sua autonomia.

Estes movimentos representam a emergência de uma nova cultura política. Através deles, os trabalhadores rurais se constituem em sujeitos com identidades próprias afirmando e acentuando a sua diversidade.⁵⁰

Como já mencionamos, estes movimentos incorporam os valores dos Novos Movimentos Sociais, possuem características similares e lutam todos por uma maior democratização da sociedade.



Histórico do movimento dos trabalhadores rurais sem terra de Santa Catarina e do oeste catarinense

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina teve início em Maio de 1980, com a ocupação da Fazenda Burro Branco no município de Campo Erê, por mais de 300 famílias. A ocupação despertou a opinião pública para a questão dos Sem Terra do Estado, e no dia 12 de Novembro do mesmo ano o governo desapropriou a área, e as famílias passaram a produzir na terra em sistema comunitário.

A vitória dos colonos de Campo Erê, passou a ser exemplo para os Sem Terra que começaram a se organizar, com preponderância no oeste do Estado.

Em Janeiro de 1983 aconteceu o primeiro encontro dos Sem Terra dos Estados do Sul. Neste Encontro eles definiram as diretrizes básicas do Movimento e decidiram que a ocupação de terra é uma das formas de fazer pressão para a solução do problema.

Em Junho do mesmo ano, aconteceu a primeira assembléia dos Sem Terra com a participação dos sindicatos combativos, Foi eleita a comissão regional do movimento.

Com a comissão formada, os integrantes passaram a fazer reuniões nos municípios e formar comissões municipais. A partir daí, o Movimento se espalhou por 17 municípios do Estado.

Em Dezembro/84 (dias 5 e 6) foi realizado um Congresso Estadual, no qual discutiram os problemas dos Sem Terra no Estado e levantaram sugestões para serem debatidas no Primeiro Congresso Nacional dos

Ainda em 1984, o Movimento faz sua primeira manifestação pública no dia 26 de Julho em frente à sede do INCRA de Florianópolis. Em Chapecó, na mesma ocasião, representantes do Movimento mantêm audiência com o governador Espiridião Amin e Coordenador Regional do INCRA, quando apresentam um levantamento dos latifúndios improdutivos passíveis de desapropriação.

Após o primeiro Congresso Nacional, o Movimento dos Sem Terra se fortificou e tomou vulto especialmente no oeste catarinense, onde devido ao término dos contratos de arrendamento, muitos agricultores ficaram sem trabalho e sem alojamento.

Em decorrência da discussão e apresentação do PNRA, em Maio de 1985, e do clima político do Estado - aliança Jaison Barreto e Amin - mais voltada às negociações políticas, o Movimento passou a planejar a ocupação de terras improdutivas posteriormente desapropriação.

Assim, a 25 de Maio de 1985, cerca de 2.000 famílias ocuparam terras do oeste catarinense, numa ação conjunta, organizada e planejada. Aí permaneceram acampadas quase 2 anos (algumas mais) à espera de assentamento.

Do oeste catarinense 25 de Maio de 1985 - O dia da posse

Todos os anos, no mês de Maio, comemora-se na cidade de Guaraciaba (extremo-oeste catarinense) a festa de Nossa Senhora do Caravágio, que atrai milhares de peregrinos. Estes, organizam caravanas e formam

O Movimento dos Sem Terra, organizado pelas Comissões municipais, aproveitou a ocasião para deflagrar a "operação integrada de ocupações simultâneas". Fazendo-se passar por romeiros, o comboio de caminhões com os Sem Terra não despertou suspeitas em nenhum município e eles puderam ocupar as propriedades quase sem resistência.

As famílias que estavam organizadas para as ocupações, saíram de 18 municípios da região oeste catarinense: Abelardo Luz, São Domingos, Galvão, São Lourenço do Oeste, Campos Erê, Ipumirim, Águas de Chapecó, Pinhalzinho, Saudades, Quilombo, Coronel Freitas, Caibí, Anchieta, São Miguel do Oeste, Palmitos, Caxambú do Sul, Romelândia e Descanso.

Segundo depoimento de alguns acampados, o dia da ocupação foi muito marcante, pois exigiu grande sacrifício por parte dos Sem Terra. Dezenas de famílias em cima de caminhões, inúmeras crianças, mulheres grávidas viajando à noite inteira para chegar ao local determinado. O frio era intenso, em alguns lugares chovia. Optaram por viajar à noite para não despertar suspeitas, apesar da festa de Nossa Senhora de Caravágio. Muitos caminhões se perderam dos demais e rodaram a noite inteira sem achar o local. Este fato causou medo e angústia nos sem terra, pois estavam sujeitos a toda a sorte de acontecimentos.

As 1000 famílias que se dirigiram para Abelardo Luz foram barradas quase na chegada da Fazenda, quando homens armados colocaram

Porém, imediatamente, as mulheres desceram dos caminhões e começaram a apagar o fogo, com lençóis, panos, galhos de árvores e outros. Tudo isso aos olhos dos "homens dos Fazendeiros" que não tiveram coragem de agredi-las.

Quase todas as famílias, chegaram ao local de destino por volta da madrugada, e, segundo os acampados, não foi fácil descarregar todos os caminhões, montar as barracas em baixo de uma chuva fria, num frio intenso, muitas crianças chorando, outras dormindo, todos com fome e sono depois de terem viajado à noite inteira sob tensão.

A preparação para este dia de posse foi fruto de muita discussão e planejamento nos grupos de reflexão pelos sem terra de cada comunidade, ao longo de mais de 2 anos.

No dia 7 de Maio de 85, duas semanas antes da posse, a Executiva Nacional do Movimento dos Sem Terra manteve uma audiência com o novo ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro e com o Presidente Nacional do INCRA, José Gomes, na tentativa de sugerir solução para a questão dos sem terra e cobrar das autoridades a imediata solução do problema.

Na ocasião, o Movimento do Estado entregou um documento minucioso sobre a situação fundiária de Santa Catarina, sugerindo áreas de latifúndios ociosos passíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária.

Nos dias que antecederam a posse, o PNRA estava sendo discutido e apresentado em nível nacional, e os Sem Terra perceberam

Também em função do clima político do Estado no início de 85, aliança Jaison Barreto e Espiridião Amin, que estava concentrando suas atenções na política sucessória ao governo municipal da Capital, o Movimento decidiu não esperar as definições de gabinete.

Os agricultores Sem Terra também tinham conhecimento de que o Governador Espiridião Amin se instalaria com sua comitiva em São Miguel do Oeste para fins políticos na mesma data da posse.

E por último, em decorrência do término dos contratos de arrendamento deixando centenas de famílias desalojadas e sem trabalho, além das que já estavam sem alternativas de sobrevivência por falta de terra, o Movimento decide realizar as ocupações que estavam em preparação, aproveitando a festa de Nossa Senhora de Caravágio - dia 25 de Maio.

2.2. Repercussões da posse, negociações, acordos

A posse das terras pelos agricultores sem terra do oeste catarinense teve grandes repercussões nos meios de comunicação em nível nacional. Foi manchete em todos os jornais do Estado que alertaram para o perigo de incidentes armados entre latifundiários e agricultores, receando um conflito armado.

As autoridades políticas tentaram logo tomar uma atitude interferindo a favor: o governador Espiridião Amin entrou em contato com o ministro Nelson Ribeiro que pediu para tentar mediar um acordo para que se mantivesse ordem, até que o ministro tivesse uma solução urgente para o problema; o prefeito

e ao MIRAD pedindo apoio para solucionar o problema.

Por sua vez, os agricultores sem terra que tomaram posse, organizaram uma comissão e se dirigiram ao INCRA pedindo agilização para desapropriação das terras por interesse social. Também se dirigiram ao Governador, pedindo que cumprisse a proposta subscrita por ele a Jaison Barreto no documento "Bases para um Programa Comum para Santa Catarina".

Quatro dias depois das ocupações, o Governador e o Secretário da Agricultura reuniram-se com nove membros da comissão dos Sem Terra para comunicar que o INCRA já tinha proposto desapropriação das terras da viúva Anair Motta, de Amilton Viana e Eunice Gondin (duas propriedades com mais de 10 mil hectares).

A 03 de Junho de 1985 em reunião realizada com o Governo do Estado, representantes do MIRAD, INCRA, Secretaria da Agricultura e representantes do Movimento dos Sem Terra, foi firmado um acordo. Este acordo previa que o governador do Estado comprometer-se-ia a comprar mil hectares de terras, duas áreas, uma situada no município de Abelardo Luz e outra em São Miguel do Oeste para nelas assentar provisoriamente as famílias que ocupam terras até esta data.

O INCRA se encarregaria de agilizar a desapropriação de no mínimo 20 mil hectares em 90 dias a assentar as famílias em 120 dias. Em troca, o Movimento participaria de todas as etapas do processo e estancaria novas ocupações.

A 05 de Junho, onze dias depois

de trabalhadores rurais sem terra para as áreas de assentamento provisório: 500 famílias em 300 ha em São Miguel do Oeste; 1.500 famílias em 340 ha em Abelardo Luz.

Três dias após o deslocamento o advogado de Anair Motta desfez a transação de compra e venda com o Estado. A mesma decisão atingiu a compra das terras do espólio de Francisco Werneck que não quis mais vender suas terras.

Com isso os agricultores acampados em Abelardo Luz foram despejados e o Governo do Estado providenciou outra área - 6 Km de distância da atual, com 15 ha de extensão, que foi alugada provisoriamente.

Ao mesmo tempo adquiriu em São Miguel do Oeste mais uma propriedade de 166,6 ha para colocação provisória dos sem terra. O transporte das famílias durou quatro dias e teve a solidariedade dos pequenos proprietários da região que emprestaram seus caminhões.

No dia 12 de Junho, a Comissão Estadual dos Sem Terra distribuiu extenso documento advertindo: "Ou o Governo leva a cabo a sua promessa de assentar os agricultores, conforme acordo selado no dia 03 de Junho, ou eles retornarão às invasões".

Somente em 27 de Junho, o Governo do Estado conseguiu cumprir sua parte no acordo firmado no início do mês com os Sem Terra, alugando 750 ha da Fazenda Úrsula Florestal Ltda de Chapecó: dos quais 650 ha estão localizados em Faxinal dos Guedes e 100 ha em Abelardo Luz. Conforme o acordo, o INCRA continuaria se mobilizando para encontrar 20 mil ha para assentamento definitivo.

A transferência dos trabalhadores Sem Terra para os dois locais de assentamento temporário durou 8 dias e teve auxílio dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e das paróquias do oeste.

Depois de vários dias acampados, a morte de dois recém-nascidos comprovaram as péssimas condições em que se encontravam os agricultores, a falta de atendimento médico, remédios e alimentação.

Durante o período de acampamento, o Movimento dos Sem Terras promoveu duas grandes manifestações públicas pela Reforma Agrária no oeste catarinense, aglutinando dezenas de sindicatos e milhares de manifestantes: em Faxinal dos Guedes, a 21/07 e em São Miguel do Oeste e, 28/07.

Os atos públicos tiveram apoio de sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, da Comissão Pastoral da Terra e outras entidades. Buscaram polarizar a atenção da sociedade para este problema sensibilizando-a e motivando-a para colaborar na pressão da implantação da Reforma Agrária.

O mês de Agosto de 85, apresentou-se para os acampados como um dos mais duros, pois acabou a alimentação arrecadada pelas paróquias e comunidades e eles começaram a passar fome de verdade.

Em vista disso, foi realizada uma reunião de representantes dos Sem Terra, CUT, secretário da Agricultura, do Desenvolvimento Social, do Trabalho, da Saúde e LADESC. Ficou combinado que semanalmente o Governo do Estado entregaria aos acampados uma cota de alimentos sob forma de sacolão, via Programa "Olha o Peixe".

Os trabalhadores rurais Sem Terra acampados mantinham forte expectativa em relação ao prazo - 03 de Setembro de 1985 - concedido pelo INCRA para identificação e desapropriação ou aquisição de 20 mil ha para assentamento.

Chegou o dia 4 de Setembro, um dia depois do prazo estabelecido para o cumprimento do acordo e este não foi cumprido. Uma comissão de trinta colonos acampados veio até o INCRA de Florianópolis fazer um ato de protesto para pressionar o Governo. Vários agricultores, inclusive uma senhora grávida de 7 meses, ficaram nas dependências do INCRA, dormindo no chão e comendo somente sanduíche, em vigília até obterem uma resposta.

No dia seguinte, o Presidente Sarney assinou decreto de desapropriação de cerca de 13 mil ha em 11 áreas do oeste catarinense. Isto implicou no assentamento de somente 100 famílias, enquanto havia mais de 2000 cadastrados.

A comissão dos Sem Terra continuou sua vigília no INCRA, aguardando confirmação oficial.

A 10 de Setembro o MIRAD divulgou as 11 áreas desapropriadas em Santa Catarina:

1. Rabo de Galo - São Miguel do Oeste
2. Entre Rios - São Miguel do Oeste
3. Santa Rosa I - Abelardo Luz
4. Parolim - Itaiópolis
5. Santa Rosa II - Abelardo Luz
6. Papuan - Abelardo Luz
7. Derrubada - Ponte Serrada
8. Sandra - Abelardo Luz
9. Barra Escondida - São José do Cedro
10. Jacutinga - São Miguel do Oeste
11. Lageado Grande - São José do Cedro

Duas semanas depois da divulgação, as primeiras famílias foram assentadas entre 4 localidades, as demais dependiam da "emissão de posse".

O assentamento foi feito em caráter emergencial, para que as famílias não perdessem o período de plantio.

Ainda era grande o número de famílias que permaneciam acampadas em situação precária. Chegou Novembro, o final do ano se aproximando e não se definiu mais nada em relação a outras desapropriações. Assim, os Sem Terra decidiram em assembléia, que precisavam tomar uma providência. Uma comissão de vinte e seis colonos entrou na sede do INCRA de Chapecó e prometeu permanecer no escritório até que a "emissão de posse" das demais terras desapropriadas fosse repassada. Além desta reivindicação, pediram para que fosse cumprido o critério do Movimento: assentamentos coletivos e terras para os jovens solteiros com mais de 18 anos.

Desta vigília somente obtiveram como resultado positivo, a informação de que fora "emitida a posse" de uma área com extensão de 5. 536 ha no município de Itaiópolis.

Chegou o final do ano de 1985 e os Sem Terra ficaram sem assistência, pois nesta época os organismos praticamente param as atividades devido às festividades.

A 27 de Fevereiro de 1986, outra comissão de acampados veio até ao INCRA de Chapecó, reclamar o acordo firmado no ano anterior que teve seu prazo final encerrado em 30/10/85.

A 05 de Março de 86, o INCRA realizou uma reunião com representantes do Movimento dos

Sem Terra e propôs uma trégua. Esta trégua foi obtida com a comprovação de que o Instituto estava desenvolvendo todos os atos necessários ao encaminhamento dos problemas fundiários. O INCRA mencionou que há 21 áreas com desapropriação decretada em Santa Catarina, perfazendo mais de 22 mil ha, aguardando "emissão de posse".

A 30 de Março de 86, mais de 50 representantes dos Sem Terra se reuniram em Chapecó para eleger os novos coordenadores do Movimento. No mesmo encontro, foram escolhidos os nomes dos delegados que participariam do 2o Congresso Estadual dos Sem Terra, que seria realizado nos dias 8 e 9 de Abril em Chapecó.

Até Março de 86, somente 248 famílias haviam sido transferidas para as áreas definitivas, sendo assim, os Sem Terra resolveram tomar mais uma medida.

Durante a realização do 2o Congresso Estadual dos Sem Terra, 42 deles se dirigiram a Florianópolis para mais um ato de protesto: acamparam no centro da capital, em frente à catedral como forma de despertar atenção das autoridades e comunidade, e exigir o atendimento de suas reivindicações.

Foi realizado um ato público em apoio aos agricultores Sem Terra, no largo da catedral de Florianópolis, com a presença de aproximadamente 300 pessoas.

Os colonos decidiram permanecer acampados em frente à catedral até que todas as reivindicações fossem atendidas. Apesar das condições precárias, chão de cimento, falta de colchões, a chuva molhando todos os pertences, falta de alimentação, o barulho

durante a noite, etc., eles continuaram firmes; quem passava em frente aos barracos via um grande cartaz com os dizeres: "Precisamos de arroz, feijão, açúcar, carne, farinha, verdura e azeite. Sua solidariedade é importante. Com terra vamos produzir tudo isso".

Os Sem Terra voltaram para o oeste sem obterem o total atendimento de suas reivindicações (permaneceram aproximadamente 4 semanas acampados em frente à catedral). Distribuíram à população uma nota de esclarecimento explicando os motivos da sua volta:

- "Conseguimos arrancar do INCRA e do Governo Federal a certeza de que o acordo assinado no dia 03 de Junho de 85 será cumprido".

- "Nossa luta continua para que sejam desapropriadas imediatamente 5. 600 ha que já estão com o Presidente da República".

- "Nesse sentido, a partir de agora nossa pressão será direta em Brasília".

Neste período, os Sem Terra foram informados de que o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, repassaria auxílio financeiro, destinado à manutenção, custeio, preparo do solo e aquisição de equipamentos agrícolas, para as famílias assentadas.

A 24 de Junho de 86, o presidente Sarney assinou decreto desapropriando 37 áreas em 12 Estados do país. Em Santa Catarina foram desapropriadas 03 áreas: Fazenda Boa Esperança em Major Gercino, Fazenda Rio dos Patos em Lebon Régis e Fazenda Rio da Prata em Ibirama.

A 27 de Junho foi anunciada a desapropriação de mais 4 áreas: as Fazendas Putinga, Rio Timbó, Rio Mansinho e Rio dos Patos.

As famílias que estavam acampadas provisoriamente aguardando assentamento, continuaram em situação precária. Alguns depoimentos comprovam o sentimento de inutilidade a que estavam destinados:

- "O INCRA não nos autoriza a plantar e não podemos derrubar mato. Assim, ficamos na dependência de quem nos traz rancho todo o mês..."
- "Não estamos acampados para ganhar comida, queremos terra para trabalhar..."
- "Essa vida é pior que cadeia, ficamos sem poder trabalhar e quando arranjamos serviço os fazendeiros abusam de nossas necessidades..."

No início de Julho de 86, 80 famílias acampadas em Abelardo Luz, na Fazenda Úrsula, receberam o aviso de que precisavam sair imediatamente do local porque a área havia sido leiloada, e os compradores, família Feronato de Xanxerê, deram um prazo de 15 dias para se retirarem do local.

Duas semanas depois do aviso as famílias foram despejadas pela justiça e foram para a Fazenda Papuan II que já estava em processo de desapropriação.

A 06 de Agosto, 250 famílias de acampados entraram na Fazenda Capão Grande, também em Abelardo Luz. O imóvel fica localizado entre as Fazendas Papuan II e Santa Rosa e possui 4. 087 ha.

A 02 de Janeiro de 85, o presidente Sarney havia assinado decreto de desapropriação de 1. 285

ha da Fazenda Capão Grande, porém o proprietário Nei Barbosa Lima, impetrou mandato de segurança no Supremo Tribunal Federal. Os efeitos do decreto foram sustados e até meados de 87 o caso ainda estava à espera de julgamento. O Proprietário entrou com ação judicial pedindo reintegração de posse da área, e as famílias foram despejadas.

Destas, 130 foram para um lote comunitário de 5 ha, pertencentes ao INCRA que fica na Fazenda Papuan I, desapropriada há pouco tempo. As outras 110 famílias, sem terem para onde ir e como forma de protesto, armaram seus barracos em frente ao Fórum e à Prefeitura de Abelardo Luz onde permaneceram por mais de um mês.

A 22 de Agosto de 86, foi instituída na sede do INCRA de Florianópolis, a Comissão Agrária de Santa Catarina com o objetivo de "acelerar o processo de Reforma Agrária e alterar a atual situação de vida do homem rural". Nenhum representante dos Sem Terra participa da Comissão. O mesmo acontece com os Conselhos Agrários Municipais, criados para descentralizar o trabalho da Comissão Agrária Estadual.

A 14 de Setembro foi realizada a Ia Romaria da Terra de Santa Catarina, na localidade de Taquaruçú em Fraiburgo com a presença de mais de 20 mil pessoas. O local foi escolhido pelo Movimento Popular, exatamente para resgatar o passado e mostrar a luta histórica pela Reforma Agrária.

A 17 de Setembro, 200 famílias de acampados foram transferidos para a Fazenda Parolim de Itaiópolis. A comunidade local os

recebeu com festas.

A 25 de Setembro uma comissão de Sem Terras de Santa Catarina foi a Brasília e juntamente com os Sem Terra de Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul mantiveram contato com o Ministro da Reforma Agrária pedindo maior atenção aos assentamentos e a desapropriação definitiva das Fazendas Capão Grande e Estrela de Abelardo Luz bem como a Rio dos Patos em Lebon Régis.

A 10 de Outubro, Chapecó recebeu a visita do ministro da Reforma Agrária Dante de Oliveira, que cumpriu extenso programa, porém não visitou nenhum acampamento nem assentamento dos Sem Terra.

Dante de Oliveira se apresentou otimista e em sua fala à imprensa disse que "Santa Catarina é um dos Estados mais adiantados no Programa Nacional de Reforma Agrária". Pediu confiança aos Sem Terra dizendo: "Não se desesperem, acreditem na sua força, na sua organização e no compromisso assumido em praça pública pelo presidente Sarney".

Ainda em Outubro de 86, 56 famílias acampadas entraram na Fazenda Santa Rosa II de propriedade de E. W e, três semanas depois se juntaram a estas mais 60 famílias provenientes do acampamento de Faxinal dos Guedes.

Assim, estas famílias, mais as 150 acampadas defronte à Prefeitura de Abelardo Luz, eram as que ainda aguardavam assentamento definitivo.

Em Novembro de 86 melhoraram as perspectivas de assentamento: dos ocupantes da Fazenda Santa Rosa, 62 famílias foram para

Fraiburgo e 14 para Lebon Régis. Das famílias acampadas defronte à Prefeitura de Abelardo Luz, 35 foram para 670 ha doados pela proprietária da Fazenda Santa Rosa e 62 famílias se juntaram com outras 100 que estavam acampadas na Fazenda Estrela, aguardando novas desapropriações.

A família Werneck deveria receber indenização do INCRA, correspondente a 1200 ha. Porém, destes, resolveu doar 670 ha, um caso realmente inédito no processo de Reforma Agrária do Estado.

Algumas famílias e jovens solteiros fizeram parte de um acordo entre o Movimento dos Sem Terra e Comissões Agrárias Municipais: voltariam para suas terras de origem, e assim que o INCRA tivesse em mãos a emissão de posse de novas áreas, eles seriam assentados.

Nos dias 19, 20 e 21 de Dezembro de 86, representantes do Movimento dos Sem Terras, Coordenadores dos acampamentos e dos assentamentos se reuniram em Chapecó para fazer a avaliação do ano de 1986.

Neste encontro foi tirada uma nota à imprensa e à população com o objetivo de tornar público o não cumprimento por parte do Governo da Nova República, das metas estabelecidas no 1º Plano Nacional de Reforma Agrária.

As metas de assentamentos previstos no Plano Regional de Reforma Agrária para o Estado de Santa Catarina foram os seguintes:

ANO	Nº de Fam	HA
1985/86	2.900	50.000
1987	5.800	90.000
1989	29.000	

Dados: INCRA/Florianópolis

O número de famílias assentadas em Santa Catarina pelo INCRA

ANO	Nº de Fam	HA
1985/86	1.453	29.145
1987	70*	2.127

* Este dado é de setembro de 1987

Dados: INCRA/Florianópolis, Setor: Colonização

O movimento dos trabalhadores sem terra do oeste catarinense - organização e forma de luta

O Movimento dos Sem Terra vem aos poucos sendo conhecido em nível nacional e até internacional.

É um movimento social que vem se projetando com características próprias, e alcançando força significativa no campo, com adesão de um número cada vez mais elevado de agricultores.

Atualmente, diferentes tipos de pessoas vêm se interessando pelo movimento e manifestando sua opinião.

Transcrevo aqui, o que ele representa na opinião de um político, um intelectual, dois bispos, os coordenadores do Movimento e os próprios agricultores sem terra.

Para A.P.S., superintendente do INCRA: "O Movimento dos Sem Terra é um movimento muito bem organizado, é um ato político, uma forma de pressão. Possui semelhança com um partido político. Embora tenha uma linha partidária, não se identifica como partido. Está tendo grande repercussão em nível de Brasil. Formaram uma secretaria do Movimento com representantes da CPT, do Sindicato e até da CUT. A repercussão tem surtido efeito em nível federal. Devido às pressões que estavam exercendo foi feito até um acordo interministerial para amenizar o problema".⁵¹

Para José de Souza Martins, sociólogo, professor da USP "a organização dos Sem Terra representa o surgimento de um novo sujeito histórico e define um quadro de conflito, de questionamento do poder, é anúncio de uma nova legitimidade".⁵²

Dom Tomás Balduino, bispo da diocese de Goiás coloca:

"Sou testemunha de solidariedade na esperança de "crescimento do Movimento no chão do Brasil todo, para que as massas de manobras possam dar sua plena medida na construção da nova Pátria. O Movimento Sem Terra representa hoje, a grande transformação deste país".⁵³

Dom José Gomes, bispo de Chapecó - SC diz que:

"O Movimento dos Sem Terra é providencial e necessário para que se crie no Brasil uma Reforma Agrária justa e que atenda as necessidades de milhões de trabalhadores sem terra do país".⁵⁴

Para os coordenadores do Movimento, que apoiam e assessoram os Sem Terra, este possui uma luta específica de grande significado:

"O MST hoje é um Movimento a nível nacional e representa algo muito importante para os trabalhadores Sem Terra. É um Movimento que está conseguindo, através da luta, da organização e da união dos trabalhadores Sem Terra, mostrar para toda a Sociedade que a Reforma Agrária só acontecerá a partir da organização e da luta dos trabalhadores, principalmente daqueles que são os interessados imediatos na coisa,

que somos nós, os Sem Terra". "Para mim ele é o Movimento mais avançado, mais bem articulado dentro do país. É um Movimento que tem tão pouco tempo de vida e já conseguiu despertar a consciência dos trabalhadores, justamente porque tem luta específica que é a luta pela terra. E a luta pela terra não fica somente na luta pela terra, é a conquista da questão política mais ampla".

Para os próprios Sem Terra acampados, o Movimento representa algo de muito importante, uma verdadeira transformação em suas vidas: através dele, vislumbram uma Nova Sociedade, liberdade, igualdade, luta conjunta, espaço para reivindicar seus direitos, organização.

Para ilustrar, apresento alguns depoimentos que considere mais significativos:

- "O MST significa luta. A partir da luta vem a vontade e esperança de vencer. O MST proporciona voz e vez para os acampados. Pessoas que eram inibidas conseguem hoje se colocar com muita coragem. Estamos caminhando para uma nova sociedade. Sociedade igualitária que o povo precisa. Formação de grupos coletivos, ter tudo em comum onde o cidadão possa ter vez e voz".
- "O MST para mim representa uma grande alegria porque participando dele a gente fica livre da escravidão. A gente aprende a trabalhar no Movimento e a passar para os outros essa forma, animar os outros a fazer o mesmo..."
- "É um Movimento que representa o futuro da gente. O MST; e encaminhar os filhos para uma nova sociedade..."
- "É uma união de todos, esperan-

do a mesma coisa que é a terra..."

- "O Movimento é um grande valor para mim. Os ricos não dão valor para a gente, esse pessoal do MST sim..."
- "O MST é de grande importância. Se não esse Movimento continuaríamos explorados. É o início de uma nova sociedade que representa igualdade para todos, sem exploração nem egoísmo, é viver mais honestamente..."

Os depoimentos dos acampados concretizam o que DURHAM coloca sobre o "reconhecimento mútuo", através do qual o indivíduo passa da esfera privada para a pública, podendo ouvir, opinar e decidir. Além disso, todos passam a se sentir num mesmo nível de igualdade, o que ocorre em função da mesma carência - terra, e através da vivência em comunidade.⁵⁵

O Movimento proporciona ao grupo uma identidade social, e os acampados passam a se sentir sujeitos da história.

As relações sociais são valorizadas com ênfase na união e formação de grupos que tenham tudo em comum.

A autonomia é vista como o fim de exploração e conquista da liberdade.

Almejam uma sociedade mais democrática, remetendo-a ao futuro e aos seus filhos.

O Movimento conquista aos poucos a confiança dos trabalhadores Sem Terra pois vem se mostrando algo permanente, que não se extingue com a simples conquista da terra. Continua ao lado dos Sem Terra apoiando e assessorando também os assentamentos, repercutindo nas

organizações mais amplas para que as necessidades básicas como infraestrutura, saúde, educação, etc., também sejam atendidas.

Como se forma

Segundo depoimentos dos coordenadores do Movimento, ele se estrutura basicamente com a mesma metodologia em todo o país.

Algumas lideranças já pertencentes ao Movimento, percorrem as comunidades agrícolas fazendo um levantamento dos colonos que não possuem terra. Através de contratos e entrevistas estes colonos são convidados a comparecer nas reuniões realizadas pelo Movimento.

Estas reuniões são realizadas nas Escolas, Igrejas ou Sede do Sindicato da Comunidade, com o respectivo apoio destas Entidades.

O grupo passa a se reunir periodicamente para discutir assuntos de seu interesse, ler a Bíblia e planejar possíveis estratégias.

Atualmente, o Movimento já possui coordenação em nível Nacional, Estadual e Regional.

Até o início de 1986 somente no oeste catarinense, 40 localidades já possuíam Movimento dos Sem Terra organizados.

Também no litoral alguns municípios já contam com o Movimento como Tijucas, Joinville, Tubarão, Criciúma, Rio do Sul, Ituporanga e Aurora.

A Secretaria do Movimento do Oeste, nos informou que para uma localidade iniciar um núcleo do Movimento dos Sem Terra, basta ter no mínimo 06 famílias organizadas com a coordenação de um líder.

Os líderes passam por um treinamento. Quando os sindicatos

são "autênticos", apoiam a luta e estão do lado dos Sem Terra, são membros do próprio sindicato que dão os treinamentos. Se não, membros da executiva se deslocam até os locais ou as pessoas vem até o oeste participar dos treinamentos.

Quem abrange

Como o próprio nome diz, abrange os agricultores Sem Terra.

Segundo GRZYBOWSKI,

"Sem Terra são antigos proprietários e filhos de proprietários, parceiros, arrendatários e agregados que, com exceção de um pequeno número reintegrado como assalariados permanentes de granjeiros, não têm mais condições de se inserir na nova organização social da produção no campo e não se sujeitam à proletarianização e à favelização nas cidades".⁵⁶

Por sua vez José de Souza Martins coloca que:

"é possível distinguir dois grandes grupos de Sem Terras: um, o mais antigo resultante de construções das barragens nos grandes rios e o outro, o número crescente de lavradores sem terra própria para trabalhar, como os meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, cujas terras são insuficientes para famílias extensas como são as dos colonos do sul".⁵⁷

Entre os Sem Terra entrevistados no acampamento aparecem duas categorias: arrendatários e peão.

Por arrendatário eles entendem todos os que trabalham para um patrão como parceiro, meeiro ou agregado, não fazem distinção, às vezes o patrão só aluga a terra por dinheiro, outras vezes combina em dar a meia, terça ou quarta parte da

colheita. Sempre moram em cima da terra do patrão. Nem sempre ganham as ferramentas ou carroça para trabalharem a terra. Às vezes ganham uma junta de bois emprestada ou uma vaca leiteira para o sustento da família.

A outra categoria, peão, mais comumente usada aqui no sul, se distingue do bóia-fria. O peão é aquele que tem sua casa perto ou em cima da terra do patrão, e somente ganha pelo que trabalha (salário). Não ganha produção ou colheita.

Bóia-fria vem de longe (de ônibus ou caminhão) também trabalhar somente pelo salário sem direito a mais nada.

Entre os acampados do oeste catarinense, a grande maioria foram arrendatários. Os peões ou bóias-frias somam apenas uns 20%.

Há uns dois ou três casos de minifundistas que não possuíam terra suficiente para plantar, isto é, menos de 5 ha.

Segundo a Secretaria do Movimento dos Sem Terra de Santa Catarina, em 1986 existiam 140 mil famílias Sem Terra no Estado.

Acampamentos - uma nova forma de luta pela terra A Estratégia de Acampar

Os acampamentos representam uma nova forma de luta e resistência por parte dos trabalhadores rurais que reivindicam terra.

No final do ano de 1986 somavam mais de 100, os acampamentos dos Sem Terra em todo o Brasil, ressaltando uma forma inédita de manifestação de um movimento social, ou seja, um novo modo de luta pela terra.

Existem diferentes formas de acampamento. Eles podem surgir através de planejamento a longo

prazo como foi o caso dos Sem Terra do Oeste que se reuniram durante dois anos para organizar as ocupações conjuntas, das quais participaram agricultores de toda a região.

Outros são frutos de expulsões de terras ou ainda para reivindicar regularização de títulos de terras que foram tomadas.

E como falou o ex-ministro Nelson Ribeiro na SBPC em Curitiba - Julho/86: "O acampamento é a greve do trabalhador rural, que se encontra destituído de tudo. 'É uma greve catalítica, ou seja, pela sua própria presença: eu estou aqui, incomodo, causo um choque mas existo".

Os acampamentos são uma forma de pressão pacífica e ordeira que os agricultores exercem sobre as autoridades e toda a sociedade, para garantirem seus direitos:

"São centenas de pessoas permanentemente a discutir (...) Um acampamento não envolve apenas homens. As mulheres também passam a ter um papel ativo na decisão sobre os rumos do Movimento. Elas não ficam em casa esperando os homens "voltarem da luta" mas vão com seus maridos e seus filhos para a frente de batalha. (...) Um acampamento não é apenas o produto da revolta e do desespero, ou um aglomerado disforme de gente que não tem mais nada a perder. Ao contrário. A decisão de acampar supõe grande maturidade política, organização, coesão, disciplina e sobretudo fé e esperança".⁵⁸

O acampamento é uma forma de dar vida ao corpo do Movimento dos Sem Terra. É mostrar que existem

forças ativas à espera da Reforma Agrária.

Acampando, os agricultores se transformam através do Movimento em agentes de construção de sua própria identidade política, se tornam sujeitos ativos do processo de Reforma Agrária.

O cotidiano nos acampamentos

Os acampamentos são sempre formados por famílias de agricultores Sem Terra que chegam juntos a um mesmo local e vão montando seus barracos ordenadamente um ao lado do outro.

Na montagem dos barracos, os colonos procuram ficar próximos dos parentes, amigos ou vizinhos da mesma comunidade que vieram.

Os locais escolhidos para os acampamentos são sempre em volta de uma fonte de água ou riacho.

Os barracos são feitos com suporte de toras de madeiras ou bambu, e cobertos por uma lona de plástico preta (usada para proteger plantações do sol ou da geada). É um material pouco resistente que aos poucos vai rompendo.

Dentro dos barracos os agricultores improvisam mesas, prateleiras e cadeiras de bambu. As camas também são feitas da mesma forma, porém erguidas do chão devido às chuvas e insetos rasteiros.

Alguns possuem móveis, armário, cômoda ou fogão. Outros, somente uma chapa de ferro segura por tijolos.

Observa-se uma diferença nos barracos dos que eram arrendatários e dos peões. Os primeiros possuem pertences, às vezes um pouco de comida estocada (cebola, batata, açúcar), mandada pelos pais ou parentes que moram no sítio, ou comprada.

Alguns possuem galinhas ou porcos, presos em pequenas proteções de madeira ou bambu por eles mesmos improvisadas. Outros possuem uma vaca leiteira, cujo leite serve à família e o que sobra vendem, ou distribuem para as crianças recém-nascidas.

Cachorros também é o que não falta nos acampamentos. Alguns ex-arrendatários possuem umas economias guardadas para comprar alimentos que não vêm com o caminhão do INCRA e para viajar periodicamente a visitar os familiares.

Os ex-arrendatários geralmente são descendentes de imigrantes alemães ou italianos, possuem a tez clara, estatura média forte e aspecto sadio.

Os peões por sua vez têm os barracos menores e as lonas em mau estado de conservação. Quase não possuem pertences. Somente uma cama com colchão improvisado, uma mesa e uma chapa de ferro como fogão. A grande maioria é descendente de índio ou caboclo.

Uma vez que a alimentação que vem com o caminhão do INCRA é insuficiente, principalmente quando a família é numerosa, alguns homens vão trabalhar fora, nas fazendas vizinhas, por dia, hora ou empreitada.

Os que permanecem nos acampamentos trabalham nas lavouras que eles próprios improvisam. Plantam milho, arroz, feijão e às vezes batatinha.

A horta fica aos cuidados das mulheres que nem sempre tinham sorte com as verduras por causa do tempo muito seco e quente e a dificuldade de regar.

O dia-a-dia das mulheres se resume em, após levantar, fazer fogo a lenha

para esquentar água para chimarrão (que é um hábito diário) e café.

Tomam café e servem às crianças. Quando não têm pães, geralmente improvisam bolinhos, às vezes com ovos (muito raro) e quase sempre de trigo, sal e água, o que chamam de sequilhos.

Arrumam o barraco e vão para a fonte lavar roupa em alguns tanques também improvisados.

Em seguida cuidam do almoço. Enquanto preparam o almoço, novamente a cuia de chimarrão é uma constante. Quase nunca é tomada sozinha, sempre em pequenos grupos. As mulheres dos barracos mais próximos se juntam e formam uma roda onde vai passando uma mesma cuia.

Quando os homens chegam da roça, perto do meio dia, também vão direto ao chimarrão, antes de almoçar.

Depois do almoço, que consiste basicamente de arroz e feijão, as pessoas descansam à sombra dos barracos, principalmente no verão quando o sol é causticante.

Por volta das duas ou três horas, os homens voltam para a roça, e as mulheres continuam a lide da casa (barraco). Fazem pão, costuram, cortam lenha para o fogo, buscam água da fonte, cuidam das crianças, etc.

As crianças por sua vez são em grande número e logo se "enturmam" formam amizades com as dos barracos vizinhos. Correm o dia inteiro pelo acampamento e improvisam brinquedos com madeiras, galhos, folhas, pedras, etc.

Em alguns acampamentos existem professores (também acampados) que dão uma espécie de aula para as crianças em idade escolar. Além da alfabetização eles

aprendem músicas com letras sobre o problema da terra e a Reforma Agrária, passando a entender melhor porque estão ali.

As aulas são dadas ao ar livre, à sombra das árvores.

As crianças são as que mais sofrem nos acampamentos em consequência das precárias condições de saúde, higiene, alimentação, expostas ao calor ou frio excessivo sem proteção a não ser as lonas de plástico. Brincam no barro, na lama, na chuva ou no vento e ficam expostas aos mais diversos tipos de doenças.

Apesar disso tudo, eles transparecem satisfação, pois estão junto com os pais lutando por aquilo que um dia também irão usufruir: a terra.

Nos domingos a rotina se modifica nos acampamentos. Pela manhã, ocorre uma celebração religiosa coordenada pela comissão de liturgia, onde é lido um trecho do evangelho. Refletem sobre ele, e cantam cantos cujas letras dizem respeito à realidade pela qual estão passando. Às vezes vem um padre das redondezas e celebra missa, o que no início era mais freqüente.

O almoço no domingo geralmente é um pouco diferente, com alguma coisa comprada, pelos que trabalham fora, ou mandada pelos parentes. Outros matam galinha.

À tarde formam-se rodas de conversas e chimarrão. As mulheres ficam numa roda e os homens noutra.

O chimarrão de domingo às vezes também é diferente. Quando tem açúcar sobrando, faz-se mate doce queimado, que consiste em queimar numa panela e colocar água quente por cima. Esta mistura é colocada na cuia que está preparada com

mate, camomila ou hortelã. Quando tem mate doce, as crianças também tomam chimarrão. As famílias que possuem vaca leiteira fazem mate doce com leite. É só substituir a água pelo leite com açúcar queimado. Porém, isto é muito raro nos acampamentos.

Nas conversas de roda das mulheres saem fofocas do acampamento. Elas também gostam de lembrar o passado, como eram os domingos no local onde moravam. Os domingos eram bem divertidos. De manhã iam à missa ou culto e de tarde visitavam os parentes. Além disso sempre tinham uma coisa gostosa para comer como bolos, roscas ou sobremesa, os quais nos acampamentos faz tempo que não vêm. Recordam também que quando eram mocinhas, sempre iam dançar nas "domingueiras".

Aos domingos, alguns acampados também saem para visitar seus parentes que moram em locais mais próximos e outros recebem visitas.

Os homens geralmente passam o domingo à tarde jogando futebol num campo das proximidades, ou baralho. Outros ficam conversando no boteco da vila.

Algumas comissões aproveitam o domingo para se reunir, avaliar e replanejar as atividades.

Quando chega uma pessoa desconhecida no acampamento, todos ficam com desconfiança e cautela com o que vão falar. Depois que a pessoa passa pelo "crivo" da comissão central, conversa com as pessoas, vai se identificando, dependendo da simpatia por parte dos acampados, ela é tratada muito bem.

Convidam para a roda de chimarrão, oferecem bolinhos, insistem que ela almoce com eles no

barraco, etc. Dizem que gostam muito quando vem visita de fora que os apóia, pois ficam sabendo novidades, aprendem coisas, enfim, a rotina do dia-a-dia se torna menos monótona.

Uma vez por semana chega ao acampamento uma camioneta que é uma espécie de mercado ambulante. Vende cigarros, balas, chinelos de borracha, fermento, sal, e às vezes banana ou repolho.

No próprio acampamento também existem famílias que fazem de seu barraco um pequeno comércio vendendo cigarros, balas, cachaça, etc.

No início a cachaça era proibida, mas depois foi sendo aos poucos liberada com a promessa de que ninguém iria fazer confusão nos acampamentos quando bebia.

Veza por outra acontecem pequenas brigas, discussões entre vizinhos, fofocas, o que é comum em qualquer comunidade.

A maioria dos acampados tem consciência da necessidade de terem uma convivência pacífica e ordeira até alcançarem a vitória de conseguir terra.

Principais dificuldades nos acampamentos

I Alimentação: *A base da alimentação fornecida pelo INCRA através da Secretaria da Agricultura do feijão, arroz e farinha. Portanto os acampados sentiram muita falta de legumes, verduras, frutas, ovos, manteiga ou algo para passar no pão. As crianças ficaram meses sem leite.*

As mulheres que ganharam neném nos acampamentos não puderam amamentá-los por muito tempo por falta de alimentação mais forte.

Alguns homens se queixavam que já pela manhã eram obrigados a comer "virado de feijão" (feijão amassado com farinha de mandioca). Faziam um esforço enorme para engolir, ganhando até náusea, e por volta das dez horas tinham que parar de trabalhar na roça porque estavam sem forças e sentindo tonturas.

Também as crianças a partir de meses de idade, tinham que comer caldo de feijão porque não tinha outro alimento.

2 Calor, frio: *Os barracos cobertos de lona de plástico, no verão eram sufocantes porque não deixavam passar o ar. Era quase impossível permanecer debaixo da lona.*

No inverno (caiu até neve nos acampamentos, em 85) a lona não aquecia o suficiente e o chão estava sempre úmido. Não podiam fazer fogo dentro do barraco (para esquentar) por causa da fumaça e do perigo de queimar os pertences.

Os cobertores e agasalhos eram escassos e as gripes, resfriados e outras doenças eram constantes, principalmente nas crianças.

3. Barracos de lona: *A experiência de morar em barracos de lona foi uma dificuldade para muitos. Por mais simples que fosse a casa onde moravam antes apresentava aconchego, limpeza e segurança.*

Nos barracos, ao contrário, a família dorme amontoadas, o chão é de barro, há o perigo entrar animais rasteiros como ratos, cobras. Quando chove muito, molha tudo por dentro e não podem deixar sozinho o barraco porque não tem como fechar.

4. Falta de assistência médica: *No início dos acampamentos, alguns médicos e enfermeiras prestavam*

assistência aos acampamentos, mas logo desapareceram.

Pelo menos dez crianças morreram nos acampamentos por falta de assistência médica.

Também quando os acampados necessitavam ser atendidos em hospitais, passavam muita dificuldade pois a maioria não são inscritos no INPS ou FUNRURAL.

5. Indefinição e demora no cumprimento do acordo: *Segundo um acampado, "se o cumprimento do acordo fosse tratado com mais respeito, consideração e dignidade, os outros problemas menores seriam superados com muito mais facilidade. Todos os problemas advêm desta indefinição, desta enrolação que as autoridades e órgãos fazem".*

Para a grande maioria dos acampados, a demora no cumprimento do acordo, que era assentá-los nas terras definitivas, a falta de apoio dos políticos e autoridades que só se preocupam com eles "quando é para caçar votos", gerou insegurança, incerteza e desânimo.

O desânimo é manifestado na maioria das vezes pela vontade de desistir do acampamento, ir embora para outro lugar ou voltar para casa dos pais.

Para os acampados, estas dificuldades representam grande sacrifício, pois muitos se submeteram a situações inferiores as que estavam acostumados.

A maioria dos acampados não esperava que fosse passar por tanto sofrimento; Uns achavam que o período de acampamento seria bem mais curto, outros vieram mesmo por extrema necessidade, pois não tinham para onde ir, sem saber o que os esperava.

Durante o tempo de acampamento, alguns fatos se destacaram. Segundo depoimentos, estes fatos foram muito marcantes para os Sem Terra:

- O sofrimento que passaram, a ansiedade, as privações, enquanto não recebiam resposta sobre a terra;
- As crianças que nasceram durante o acampamento, a maioria nos próprios barracos (calcula-se quase 100 crianças);
- As crianças que morreram por falta de assistência médica, que são chamados "os mártires de acampamento"(em torno de dez);
- Os 55 batizados realizados num mesmo domingo nos acampamentos;
- A neve que caiu no inverno de 85. O chão ficou branquinho. Muita gente viu neve pela primeira vez. O frio foi intenso!
- A organização, a união, a amizade e a solidariedade entre os acampados;
- A participação do povo nas decisões, tudo foi decidido em assembleias;
- A religião, a devoção e fé do povo que fizeram até um símbolo dos Sem Terra, uma cruz de madeira;
- Enfim, a vitória de ter conseguido terra, saber que toda a luta e sofrimento não foram em Vão, vai ficar marcada para sempre!

Características do movimento dos trabalhadores rurais sem terra do oeste catarinense

Estas características foram observadas ao longo de minha permanência nos acampamentos e colocadas pelos próprios acampados durante as entrevistas:

Descentralização do poder - organização

Desde o início dos acampamentos, os líderes do Movimento procuraram descentralizar o poder, formando comissões, distribuindo cargos e tarefas e realizando assembleias para todas as decisões que deveriam ser tomadas.

Esta descentralização propiciou uma organização em torno da qual os Sem Terra passaram a ter oportunidade de se tornarem sujeitos do processo, participando ativamente da luta pela Reforma Agrária.

No período em que visitamos os acampamentos, os Sem Terra apontaram 14 comissões internas, comissão de saúde, da alimentação, da segurança, de recepção, etc.

Estas comissões foram consideradas muito importantes pelos acampados, pois participando delas se sentem valorizados, úteis, co-participantes do que está acontecendo.

Também são feitos rodízios entre as pessoas das comissões para que todos tenham oportunidade de participar e desenvolver suas aptidões. É uma oportunidade para emergirem lideranças internas que certamente sem este espaço permaneceriam abafadas.

Além das comissões, o acampamento está organizado em grupos de estudo. Cada 5 barracas formam um grupo de estudo com a finalidade de discutir o acordo firmado com o governo e o INCRA, encaminhar ocupações para os respectivos assentamentos, falar sobre a Reforma Agrária e planejar o assentamento coletivo.

Cada grupo destes indica duas pessoas que vão representá-los nas

assembleias gerais, levando o que foi discutido por eles.

Esta organização desencadeia um forte sentimento de coletividade, sabem que todos ali presentes estão passando pelo mesmo sacrifício e dificuldades e estão lutando por um mesmo objetivo, o de conseguir terras.

Relação comunitária

A solidariedade é um aspecto da cultura camponesa muito valorizada. No meio rural, as grandes distâncias, a dificuldade de acesso aos hospitais, mercados, etc., faz com que a ajuda necessária sempre seja solicitada ao vizinho mais próximo.

No acampamento esta solidariedade se desenvolve com mais intensidade, uma vez que a situação é precária e as dificuldades são muitas. Além disso, há maior disponibilidade de tempo por parte das pessoas, que não estão na mesma "lida" da roça do local onde moravam.

Todos são considerados iguais pois estão passando pelo mesmo problema, o da falta de terra para plantar e sobreviver. Além disso, o tempo de espera para a solução do problema, ou seja as desapropriações, é grande e todos sabem que se não reinar harmonia entre eles, a convivência fica difícil. Desta forma, se esforçam para haver uma boa relação comunitária.

Projeto de uma nova sociedade

Estas características de organização, união e solidariedade estão presentes nos acampamentos como fatores imprescindíveis para a construção de uma Nova Sociedade, que para eles significa relações societárias diferenciadas das atuais.

Os acampados estão cientes de que na sociedade atual existe muita diferença, discriminação, exploração e miséria. E ali no acampamento estão tendo uma experiência de liberdade, igualdade, união, e esta relação comunitária para eles, é o primeiro passo para a construção de uma Nova Sociedade.

Quando perguntamos o que significa para eles o Movimento dos Sem Terra muitos respondiam:

- "É o caminho para uma Nova Sociedade, igualitária, com formação de grupos coletivos onde se possa ter tudo em comum, onde o cidadão possa ter vez e voz".
- "Estou neste acampamento com a esperança de ter um pedaço de terra e construir uma Nova Sociedade, mais igualitária, sem exploração".

Luta pela autonomia - liberdade

A luta pela autonomia pode ser vista sob dois aspectos:

A primeira é a autonomia individual, associada à liberdade que a maioria dos acampados procuram no Movimento dos Sem Terra - se livrar do patrão, da exploração. Anseiam pela liberdade de possuir seu pedacinho de terra onde possam plantar, colher, enfim, trabalhar da maneira como querem e não como o patrão manda;

A outra autonomia é a almejada pelo grupo como um todo, ou seja pelo Movimento em relação às instituições, Igreja, partidos, autoridades e políticos.

GOHN coloca a respeito disso:

"A autonomia nos Movimentos Populares não é algo dado, um estado de ser, mas algo a ser conquistado. Trata-se da busca, da conquista do novo, da

luta contra o velho (os privilégios, a manifestação, a cooptação).

Ela se manifesta na criação de novas formas de ação, organização, consciência; é importante aos Movimentos Populares - porque uma vez conquistada - tornará os movimentos mais fortes e dinâmicos, os quais saberão resistir às investidas das classes dominantes no sentido de desarticulá-las.⁵⁹

Apesar de receberem apoio de algumas entidades, os acampados fazem questão de frisar que o Movimento dos Sem Terra é autônomo, que "caminha com suas próprias pernas" em depoimento como este:

"Não sei porque é que todo o mundo pensa que quando "os agricultores fazem alguma coisa, sempre têm que ter um padre, uma organização ou um intelectual por trás. Eles nos julgam incapazes, nos desconsideram completamente, não entendem que temos capacidade para caminharmos com as próprias pernas."

Deslegitimação do Estado

Os trabalhadores rurais Sem Terra vão aos poucos deslegitimando o poder do Estado, o Governo, deputados, dirigentes do INCRA, à medida que vão percebendo que os mesmos não possuem barganha para resolver o problema da Reforma Agrária na região do oeste catarinense, onde estão situados os acampamentos.

Depois de muitas reuniões com o Governador, com o INCRA, depois da falta de cumprimento de um acordo solenemente assinado e prometido, os agricultores perderam a pouca confiança que ainda depositavam no Estado.

JACOBI coloca a respeito disso

"Em relação ao Estado, marcando as diferenças entre o "poder central e o poder estadual, verificamos que, apesar das promessas feitas pelos governos de oposição de projetos alternativos, apontando para a necessidade de incorporação de amplos segmentos da sociedade na democratização do Estado, muito pouco tem se concretizado."

A participação passa a ter uma função apenas lubrificante ocorrendo de uma forma inorgânica e procurando atender uma dimensão puramente institucional e desconsiderando as formas de expressão da sociedade."⁶⁰

Assim, os acampados têm claro que somente conseguirão terra, mediante sua organização e exercendo pressão nos órgãos competentes.

luta pela cidadania

"A formação dos Movimentos Sociais Latino-Americanos se associa também com a formação da cidadania e a constituição da nossa luta por afirmar-se e consolidar-se."⁶¹

O Movimento dos Sem Terra tem claro que ao lado de sua luta específica pela terra está a luta mais ampla da conquista dos direitos, ou seja, a luta pela cidadania.

Apesar de não saberem muito bem o que significa o conceito de cidadania - ser cidadão para alguns Sem Terra é ser o homem da cidade, o granfino, o homem rico, que tem poder - os agricultores têm claro que eles possuem direitos e estes não são respeitados, bem como não lhes é permitida participação na política

do Estado.

Os colonos possuem uma concepção do direito às necessidades básicas mais prementes como saúde, educação, alimentação, transporte e principalmente a terra.

Para eles, todos os agricultores Sem Terra deveriam ter direito à terra, para dela tirarem seu sustento e segundo eles, se tornariam cidadãos depois que ganhassem a terra.

Resistência ativa não violenta

Os índices de violência e assassinato no campo estão alarmantes e quase sempre vem acompanhados de estímulo político-institucionais.⁶²

Face a esta política de violência, o Movimento dos Sem Terra se propôs a adotar outro tipo de estratégia: a resistência ativa não violenta, que pode ser comparada à desobediência civil:

"Em princípio, a desobediência civil pode ser definida como sendo a desobediência dos cidadãos em suas respectivas sociedades frente a certas condições consideradas injustas. É, acima de tudo, uma atitude de cidadãos possuidores de direitos e obrigações perante o Estado. Fundamenta-se no princípio da ação não violenta e visa a destruição da injustiça, da violência e da segregação bem como a defesa da vida a qualquer preço."⁶³

Os integrantes do Movimento dos Sem Terra adotaram esta estratégia, em parte, porque é um movimento oriundo da Igreja. Portanto, um princípio cristão é não usar da violência para com o seu irmão, qualquer que seja o motivo ou proveniência.

Outro fato que pesou muito é que alguns políticos e autoridades

formaram e espalharam um conceito sobre os acampados, chamando-os de ladrões, criminosos, dizendo que abriram todas as portas das cadeias do oeste, de onde saíram os Sem Terra.

Assim, para provar o contrário, que são pacíficos e ordeiros, os acampados têm como “questão de honra” não praticar nenhuma violência, por mínima que seja, para não prejudicar a fama do Movimento dos Sem Terra.

A principal característica do Movimento da resistência ativa não-violenta, adotada pelos acampados é a pressão que se expressa das seguintes formas:

- ocupação de terras improdutivas, porém, como donos, que acarreta uma providência por parte das autoridades;
- ocupação de órgãos relacionados com a questão da terra, ex: INCRA. Ocupam uma sala e ali permanecem até obterem uma resposta ou solução para determinado problema;
- realização de pequenos acampamentos (ex: em frente ao INCRA, Prefeitura de Abelardo Luz ou catedral de Florianópolis) também até obterem resposta ou solução de acordos, etc;
- quando “jagunços” ou policiais chegam apontando armas com ordem de despejo, ordenando para que se retirem, as mulheres e as crianças vão na frente como um “escudo” dos demais.

Para os acampados esta resistência ativa não-violenta é muito importante. Colocam: “A fama dos Sem Terra tem que permanecer limpa, pois ainda temos muitas conquistas a alcançar”.

Valorização do papel da mulher

“A opressão da mulher, que existiu em todos os sistemas “sócioeconômicos, tem um caráter especial no Capitalismo. Este sistema dá às mulheres um papel na família e utiliza a família para reproduzir-se e manter-se como um sistema de dominação.”⁶⁴

FERRO mostra a opressão da mulher em três aspectos:

No aspecto econômico, a mulher é dependente da economia masculina e o seu trabalho doméstico não tem nenhum valor econômico reconhecido. No campo ela é o suporte da economia popular (possui três jornadas de trabalho), porém sem ter o controle da produção. É geradora de riquezas e reprodutora da força de trabalho, pois no campo são necessários muitos braços.

No aspecto político a mulher também está marginalizada. É excluída de cargos diretrizes e não se leva em conta sua participação nas decisões. Não se oferece educação à mulher, pois não é considerada sujeito político. A sua dupla ou tripla jornada de trabalho contribui para impedir a sua organização.

No aspecto ideológico-cultural, a mulher sofre toda a influência da ideologia burguesa, onde a mulher é considerada objeto, decoração, prazer..

As mulheres acampadas, participantes do Movimento Sem Terra do oeste catarinense, confessam que antes das ocupações, a vida delas era muito difícil, passavam sofrimento e exploração por parte dos patrões, e algumas dos maridos.

Porém, a maioria delas coloca que depois de acampadas, suas vidas mudaram: Os maridos estão sendo menos machões, reconhecendo seus valores, que a mulher tem o mesmo direito. Estão dando chance de elas participarem das reuniões e assembléias; alguns ficam cuidando das panelas no fogo e dos filhos enquanto elas saem.

Colocam que, através da experiência de participação em comissões, assembléias, adquiriam maior conscientização da importância e significado desta luta que é conseguir terra.

Algumas que eram tímidas, nunca falavam, conseguiram se soltar e agora ocupam lideranças de destaque.

Com o desenrolar dos acontecimentos, foi aparecendo a força e a coragem das mulheres que enfrentam as barreiras, foram de encontro aos jagunços e soldados como verdadeiro “escudo” dos demais acampados.

Dois depoimentos (entre os muitos que escutam) ilustraram esta constatação. O primeiro de um homem e o segundo de uma mulher:

“Eu acho que se a gente conseguiu alguma vitória foi “graças à participação de toda a família, principalmente da mulher. Quando ela quer entrar na luta, quando ela quer desenvolver isso, tem mais capacidade que o homem. Uma coisa que estou vendo aqui nos acampamentos é que as mulheres estão segurando a barra da família. O marido por ele, já teria ido embora, mas elas bateram o pé e disseram: não, agora que nós já sofremos até aqui, vamos ficar firmes, se quiser pode ir embora, que nós vamos ficar.”

“É um papel muito importante assumir junto porque não é uma conquista só dos homens. Aqui no acampamento estamos descobrindo o valor que a mulher tem. Se não fosse as mulheres e as crianças não teríamos nem entrado nos acampamentos, nem iniciado a nossa luta. As mulheres ainda estão muito marginalizadas na família e na sociedade. Elas ainda não chegaram onde deviam chegar.”

A fé como suporte para enfrentar a luta

Todos os acampados entrevistados colocam que a fé foi o principal motivo de eles agüentarem a luta: se não fosse a fé, eles já teriam desistido.

A fé aqui, simboliza a esperança, segurança, certeza de que Deus vai atender seus pedidos.

A fé dos acampados não é mais aquela fé ingênua. Todos sabem que não basta ficar sentados esperando que Deus vá resolver todos os seus problemas. Eles sabem que é preciso lutar, se organizar, se unir para conseguir o que tanto esperam, que é a terra.

E desta união fazem parte as celebrações. No início das ocupações elas eram muito freqüentes. Vinham padres, freiras, irmãs religiosas para participar das mesmas, para animá-los falando palavras encorajadoras.

Todos os acampados participavam das celebrações. Elas faziam parte do dia-a-dia. Todas as tardes, antes de escurecer, os Sem Terra se reuniam numa clareira onde estava improvisado o altar. Uma grande cruz de madeira e uma imagem de Nossa Senhora. Ali, todos cantavam e liam trechos da Bíblia condizentes com a realidade.

As celebrações significavam para os acampados nova força, esperança, confiança de que iam receber a terra logo, ao mesmo tempo em que simbolizava a união: todos juntos ali reunidos, como irmãos, passando pelo mesmo problema, partilhando as dificuldades. Era ali o ponto de encontro, onde todos se animavam mutuamente e onde ficavam sabendo quem estava precisando de ajuda, em relação aos filhos ou ao barraco.

A grande cruz de madeira passou a ser o símbolo dos Sem Terra - símbolo de luta e de vida, e cada vez que morria alguém nos acampamentos amarravam um pano branco na cruz e aquela pessoa era considerada mais um “mártir da caminhada”.

As celebrações sempre foram feitas adequadas à realidade dos acampados, com leituras, cantos e encenações que dizem respeito à terra, e isto os animava, conforme podemos ver nos depoimentos.

“A gente percebe nas celebrações a fé das pessoas; as celebrações são participativas e adequadas à nossa realidade. Na hora do ofertório oferecem terra, a cruz da caminhada, neve no dia em que caiu, ferramentas, etc.”

Com o passar do tempo as celebrações foram diminuindo e passaram a ser feitas somente aos finais de semana. A presença dos padres e religiosas também diminuiu. Alguns atribuíram o fato ao longo tempo de espera (2 anos) e outros colocaram que as lideranças estão sempre fora para reuniões e contatos. Atualmente as celebrações são feitas pela comissão de liturgia quando não há sacerdotes.

Conclusão

O Movimento dos Sem Terra está sendo visto pela maioria dos agricultores que dela fazem parte, como sinônimo e projeto de uma Nova Sociedade.

Durante muito tempo o homem do campo foi considerado resignado, submisso, humilde e ignorante.

Participando do Movimento dos Sem Terra ele descobre espaços nos quais é reconhecido, aceito, valorizado e respeitado. Passa a se sentir sujeito da sua própria história e vai descobrindo seus direitos, lutando pela cidadania.

O papel da mulher também passou a ser valorizado no Movimento.

Para os participantes do Movimento Sem Terra, conquistar a terra para dela tirar seu sustento é o principal objetivo da luta e sofrimento pela qual estão passando.

Eles têm claro porém, que a incorporação da cidadania plena passa por uma Reforma Agrária ampla, que vai além da mera distribuição da terra, e sua participação econômica-social dependerá do tipo de Reforma Agrária a ser implantada no País.

O jogo de forças favorável ao grande proprietário é muito mais forte na Nova República. Os grandes donos da terra estão presentes na Constituinte, pressionando a favor de seus interesses: em suma, a Reforma Agrária no país tem deixado transparecer o jogo do poder.

O surgimento da UDR se apresenta hoje como um grande contramovimento. Se apresenta como um “opositor de classe disfarçado em protetor da

propriedade rural "pois vai ao encontro de pequenos proprietários tentando convencê-los de que a Reforma Agrária será feita nas suas terras. Coloca os pequenos proprietários frontalmente contra a Reforma Agrária e contra os Sem Terra, que com isso passam a somar forças para sua entidade em defesa de seus interesses.

Neste contexto, nos perguntamos: Ainda há chances de conseguir alguma mudança?

É cada vez mais explícito que num país como o nosso, marcada pela tradição de prepotência latifundiária, as mudanças sociais no campo vão depender dos setores nelas interessados, vão depender da união e força política do Movimento Popular articulado.

O Movimento dos Sem Terra tem se projetado em nível nacional e recebe adesão de um número cada vez mais significativo de agricultores.

O seu êxito como Movimento organizado e suas vitórias alcançadas têm causado temor aos grandes proprietários.

A participação dos agricultores nos Movimentos dos Sem Terra não se extingue quando recebem a terra, ou com os assentamentos. O Movimento continua apoiando e assessorando também os assentamentos nas suas reivindicações mais amplas como infra-estrutura, assistência à saúde, educação, etc.

O papel dos mediadores (Igreja, CPT, Partidos e Sindicatos) é muito importante neste processo. Eles possuem a difícil tarefa de apoiar e assessorar o Movimento sem tirar a autonomia.

São veículos de integração, participação, informação e

aprendizagem para os agricultores, e somam forças diante de qualquer repressão ao Movimento.

Os trabalhadores rurais, por sua vez, se colocando receptivos para esta integração com os mediadores, estarão facilitando a articulação entre os Movimentos Sociais para que juntos possam vir a constituir a força política capaz de efetuar mudanças na sociedade.

Palavras-chaves: sem terra, movimento social, reforma agrária, cidadania, assentamentos, participação.

NOTAS

- ¹ DE LA CRUZ, Rafael. Movimentos Sociais. Encontros e Desencontros com a democracia. In: SCHERER-WARREN, I & KRISCHKE, P (org.) *Uma revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 89-95.
- ² CARDOSO, Ruth C. L. Movimentos Sociais na América Latina, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS, 1 (3), fev. 1987.
- ³ DOIMO, Ana Maria et alii. *Os Movimentos Sociais, Teoria e Prática*. São Paulo, ANPOCS, 1985, p.8 (Mimeo).
- ⁴ Sobre o assunto ver "Seminário sobre Democracia e Movimento Popular". Lima, DESCO, 1981.
- ⁵ LEFFORT, Claude. *A invenção democrática. Os limites do totalitarismo*. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 57.
- ⁶ DURHAM, Eunice. *Movimentos Sociais: a construção da cidadania*. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, (10): 29, Out. 1984.
- ⁷ EVERS, Tilman. *Identidade, a face oculta dos Novos Movimentos Sociais*. NLACLAU, Ernesto. *Democracia e Luta Socialista na América Latina. A Questão da Democracia*. São Paulo &

Rio de Janeiro, CEDEC & *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 2(4): 12, Abril 1984.

⁸ DURHAM, Eunice, *op. cit.* p. 28

⁹ *Ibidem*, p. 28.

¹⁰ EVERS, Tilman. *op. cit.* p. 12.

¹¹ Sobre o conceito de reducionismo ver: NUN, José. *O outro reducionismo*. *Revista Ensaio. Marx hoje São Paulo*, 5(11/12): 231, 1983, Edição Especial.

¹² LACLAU, Ernesto. *Democracia e Luta Socialista na América Latina. A Questão da Democracia*. São Paulo & Rio de Janeiro, CEDEC & Paz e Terra, 1980. 132 p.

¹³ LANDI, O. *Sobre Languages, Identidades Y cidadanias políticas*. In LECHNER, N (org) *Estado Y Política en América Latina*. México, Siglo XXI, 1981, p. 197.

¹⁴ SCHERER-WARREN, Ilse. *O Caráter dos Novos Movimentos Sociais*. In SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org) *op. cit.* p. 38.

¹⁵ CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. São Paulo, Cultrix, 1986.

¹⁶ *Ibidem*, P. 31.

¹⁷ LACLAU, Ernesto. *Os Novos Movimentos Sociais e a pluralidade do social*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS, no. 02 Out/1986, p. 41.

¹⁸ *Ibidem*, p. 47.

¹⁹ GUTIERREZ, Fernando Calderon. *Os Movimentos Sociais frente à crise*. In. SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.) *op. cit.* p. 191.

²⁰ *Ibidem*, p. 213.

²¹ VIOLA, E. J. & MAINWARING, S. *Novos Movimentos Sociais, Cultura Política e Democracia: Brasil e Argentina*. In: SCHERER-WARREN, I & KRISCHKE, P (org.) *op. cit.* p. 109.

²² Sobre Conselhos Comunitários ver: *Conselhos Comunitários*. Decreto no. 2840 de 16 de Junho de 1977. Diário

- Oficial do Estado de Santa Catarina. Fpolis. 28/Jun.1977.
- ²³ VIOLA, E. J. & MAINWARING, S. op cit. p. 109.
- ²⁴ SCHERER-WARREN, Ilse & REIS, Maria José. As Barragens do Uruguai: a dinâmica de um Movimento Social. *Boletim de Ciências Sociais*, Florianópolis, UFSC, Abr/Maio/Jun/1986. p. 28
- ²⁵ Sobre o conceito de Igreja Popular ver: BOFF, Leonardo. *E a Igreja se fez povo; Ecclesiógênese: A Igreja que nasce da fé do povo*. Petrópolis, Vozes, 1986, p. 116.
- ²⁶ Sobre Comunidades Eclesiais de Base ver: *Ibidem*, p. 93.
- ²⁷ Sobre a Cultura do Silêncio ver: FREIRE, Paulo. *Cultural action for freedom*. Middesex, Penguin Books, 1972, Apud. SCHERER-WARREN, I O caráter dos Novos Movimentos Sociais. In: SCHERER-WARREN, I & KRISCHEKE, P. (org) op. cit. p. 49.
- ²⁸ SCHERER-WARREN, I. O caráter dos Novos Movimentos. op. cit. p. 40.
- ²⁹ LACLAU, Ernesto. op. cit. p. 47.
- ³⁰ KIRSKE, Paulo. *Movimentos Sociais e transações políticas, contribuições do desenvolvimento de base*. In. ref. 1 p. 277.
- ³¹ DOIMO, Ana Maria et alii. op. cit. p. 24
- ³² LANNI, Octávio. *Revoluções camponesas na América Latina*. In. Santos, José V. T. (org.) *Revoluções Camponesas na América Latina*. São Paulo, Icone, 1985, p. 15
- ³³ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981. p. 152.
- ³⁴ GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos Novos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis, Vozes; Fase, 1987, p. 46.
- ³⁵ Sobre o assunto ver: GRZYBOWSKI, Cândido. *A Comissão Pastoral da Terra e os colonos no sul do Brasil*. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo, Loyola, 1985, p. 250 e SILVA, César A. F. *Santa Catarina, Reforma Agrária nela*. *Boletim da Associação Brasileira da Reforma Agrária - ABRA*, Campinas, SP 12(6): 37. Nov/Dez 1982.
- ³⁶ Sobre o assunto ver: SERRÃO, Ubiratan M. et alii. *Peste suína*. *Boletim de Defesa Sanitária Animal*. Brasília, Ministério da Agricultura. Edição Especial, p. 22-35.
- ³⁷ Sobre o assunto ver: PAULILO, Maria Ignês. *A Integração no Sul do Estado de Santa Catarina*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social no Museu Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, mimeo. 1987, p. 7-14.
- ³⁸ Sobre o assunto ver: SCHERER-WARREN, Ilse, M. J. *O Movimento dos Trabalhadores Rurais do Sul do Brasil*. Florianópolis, 1985, p. 10 (Mimeo).
- ³⁹ Sobre o assunto ver: SCHERER-WARREN, Ilse & REIS, M. J. *As Barragens do Uruguai: a dinâmica de um Movimento Social*. *Boletim de Ciências Sociais* Florianópolis, UFSC, Abr/Maio/Jun/1986.
- ⁴⁰ Sobre o assunto ver: SCHERER-WARREN, Ilse. *O caráter dos Novos Movimentos Sociais*. In: SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHEKE, P. (org.) op. cit. p. 44 e ALMEIDA, M. Hermínia T. *Sindicalismo Brasileiro, entre a conservação e a mudança*. In: SORJ. B. & ALMEIDA, M. H. T. *Sociedade Política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983 p. 192.
- ⁴¹ Sobre esta desterritorialização ver: SCHERER-WARREN, Ilse. *O caráter dos Novos Movimentos Sociais*. In: SCHERER-WARREN, Ilse & KEISCHEKE, P. (org.) op. cit. p. 39
- ⁴² MARTINS, José de Souza. *A Militarização da questão Agrária*. Petrópolis, Vozes, 1984. p. 88
- ⁴³ D'INCAO, Maria Conceição. *A questão do bóia-fria*. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 80.
- ⁴⁴ MARTINS, José de Souza, op. cit. p. 90.
- ⁴⁵ *Ibidem*, p. 98.
- ⁴⁶ GRZYBOWSKI, Cândido. op. cit. p. 47.
- ⁴⁷ *IBIDEM*, P. 25
- ⁴⁸ SCHERER-WARREN, Ilse & REIS, M. J., op. cit. p. 29.
- ⁴⁹ GRZYBOWSKI, Cândido. op. cit. p. 30.
- ⁵⁰ SCHERER-WARREN, Ilse. *O caráter dos Novos Movimentos Sociais*. In: SCHERER-WARREN, I & KRISCHEKE, P. (org.) op. cit. p. 58.
- ⁵¹ Depoimento obtido em entrevista com o assessor do INCRA de Chapecó A.S. em 27/Nov de 1985.
- ⁵² *Agenda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - 1987*, Executiva do Movimento, São Paulo.
- ⁵³ *Ibidem*.
- ⁵⁴ *Ibidem*.
- ⁵⁵ DURHAM, Eunice. *Movimentos Sociais. A construção da cidadania*. *Novos Estudos CERRAP*. (10): 28 Out. 1984.
- ⁵⁶ GRZYBOWSKI, Cândido. *A Comissão Pastoral da Terra e os colonos do sul do Brasil*. In PAIVA, Vanilda (org.) op. cit. p. 215.
- ⁵⁷ MARTINS, José de Souza. op. cit. p. 98.
- ⁵⁸ ABRAMOVAY, Ricardo. *Nova forma de luta pela terra: Acampar*. *Revista da ABRA*, 15 (2):55, Maio/Jun/Jul/85.
- ⁵⁹ GOHN, Maria da Glória. *A força da periferia*. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 40
- ⁶⁰ JACOBI, Pedro. *Movimentos Sociais urbanos e a crise. Da exploração social à participação popular autônoma*. In: *Política e Administração. Movimentos Sociais no Brasil*. FESP, Rio de Janeiro, 1(2): 236, Jul/Set, 1985.
- ⁶¹ SANTOS, Theotônio dos. *A crise e os Movimentos Sociais no Brasil*. *Política e Administração. Movimentos Sociais no Brasil*, op. cit. p. 155.
- ⁶² IBASE, *Violência no Campo*. *Campanha Nacional pela Reforma Agrária*. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 19.
- ⁶³ KOLTAI, Caterina. *Por que Pacifismo?* São Paulo, Moderna, 1987, p. 24.
- ⁶⁴ FERRO, Cora. *A Mulher latina americana; a práxis e a teologia da libertação*. In: TORRES, Sérgio. *A Igreja que surge da Base*. São Paulo, Paulinas, 1982, p. 50.